

Editorial

EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRINCÍPIOS E DOGMA

Fui privilegiado pelo convite para redigir este editorial para a prestigiosa Revista de Ciências Médicas e Biológicas do ICB-UFBA onde já tenho a honra de pertencer ao seu Conselho Editorial.

Após meditar sobre tal responsabilidade decidi agregar afirmações que já publiquei e/ou verbalizei e que continuo a defender com convicção nestes 50 anos de ativa militância na Universidade Pública, em particular na USP, num ciclo virtuoso de Aluno a Reitor.

São inúmeros os ângulos sobre os quais a educação superior pode ser analisada/avaliada gerando debates dos mais variados níveis e intenções. Porém, é considerável o consenso de que, embora de forma não exclusiva, a boa Universidade ainda é a principal sede da formação de pessoas qualificadas, da geração de conhecimentos e de interface extramural de suas atividades acadêmicas e culturais.

Para manter-se reconhecida como Universidade moderna e intelectualmente diferenciada deve sempre consolidar princípios, ter missão definida, manter valores, adequar suas estruturas e eliminar programas, atividades e pessoal supérfluo ou irrelevante.

De forma praticamente unânime a educação superior é julgada pela sociedade em geral como algo positivo, importante e desejável. Ela é muito valorizada notadamente face à vantagem competitiva para a ascensão social e econômica. O diploma, símbolo de seu sucesso ainda é considerado uma vitória coroada por um diferencial singular.

Contudo, pesquisas específicas de opinião pública demonstram que este diagnóstico favorável está vinculado a condicionantes essenciais tais como: eficiência institucional, qualidade na educação e o dever de garantir a aquisição e prática de valores fundamentais da cidadania.

A valorização institucional surge com a oferta e uso adequado de uma boa infra-estrutura física e, principalmente, com a boa seleção e desempenho dos seus alunos, docentes e funcionários técnico- administrativos - operacionais.

Para tanto, atualmente, são considerados vários indicadores nem sempre consensuais, dentre os quais, o da notoriedade institucional dada pela pesquisa de vanguarda, pelo bom ensino e pela dedicação à extensão, assistência e cultura. Sem dúvida estes princípios considerados indissociáveis no artigo 207 da atual constituição brasileira determinam que a universidade os siga sem que, obrigatoriamente, tenham que ter desempenho isonômico ou que devam ser cumpridos simultânea e individualmente por todos os docentes. A estes cabe demonstrarem nas atividades que priorizam conduta e competência irrepreensíveis.

Mas esta missão como dever é acompanhada da concessão de uma autonomia ampla (didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial) cuja essência está em ser responsável,

aberta, flexível, influente, participativa e com autoridade sem autoritarismo. Na gestão é interessante destacar que, em geral, a administração estabelece normas (burocracia) de cima para baixo enquanto a comunidade acadêmica qualificada propõe ações de baixo para cima, estabelecendo-se um contra-fluxo que só será exitoso quando encontrar um ponto de equilíbrio e um razoável consenso. Caso contrário, se cristaliza uma falta na união de esforços para o avanço institucional causando lutas internas por recursos escassos e predominando o clássico salve-se quem puder; e, como resultado geral, a inércia associada ao temido “silêncio ensurdecedor”.

Como resultante ocorrem terríveis conseqüências tais como a relutância para mudar, o abandono dos alunos, a banalização dos padrões de excelência acadêmica, os desperdícios gerenciais, a erosão dos valores éticos e morais e a perda de credibilidade externa.

A existência destes preocupantes fatos não é peculiaridade brasileira pois há relatos até mais dramáticos em países do primeiro mundo. A educação superior estado-unidense tem mostrado que 1 em cada 6 alunos não possuem habilidades adequadas para ler, escrever, falar articuladamente, calcular operações básicas e pensar refletida e criticamente, ou seja, atesta fraco desempenho indicando baixa curiosidade e pouca apreciação por idéias e ideais. Mesmo com alertas freqüentes e até com alguns programas corretivos e preventivos a situação parece mais se agravar do que se reverter. Isto porque, mesmo no sistema brasileiro, a seletividade mais rigorosa no ingresso ao ensino superior exercia forte pressão para o melhor desempenho do ensino pré-universitário (fundamental e médio) a ponto de ser um desafio para a escola responder a questão: quantos dos seus alunos foram aprovados no vestibular? Ou ainda mais competitivamente, quantos “entraram” nas melhores universidades.

Com a recente facilitação (permissividade?) do sistema para um acesso sem controle adequado o efeito é devastador pois é flagrante o elevado número de estudantes com preparo medíocre que acabam diluindo (prejudicando?) os mais talentosos pois os cursos baixam o nível para não estancarem internamente massas de reprovados, ou ainda pior, para não provocarem evasões massivas e/ou “perdas de receita”. Assim, até o ciclo pré-universitário “perdeu” seu controle de qualidade pois o aval está garantido com o tradicional “todo mundo entrou na faculdade”.

E muitas avaliações favoráveis têm mais a haver com dados estatísticos não analíticos, prestígio político e incestuosas relações inter-pares do que com a qualidade da educação superior que envolve imponderabilidades impossíveis de serem reduzidas a qualquer quantificação significativa.

Se há um quadro geral pessimista também há otimismo pois nem tudo está caótico considerando-se que ainda temos em nosso meio boas Universidades com boas Faculdades que devem servir de referência, serem cooperativas e não causas de ciúmes ou inveja.

Estes exitosos exemplos estão fundamentados em um verdadeiro dogma que a Universidade Pública não pode perder seu compromisso com os valores que lhe são essenciais para manter a confiança e a lealdade dos seus docentes, alunos, ex-alunos, funcionários e da sociedade em geral.

Esta conquista, consolidada através de séculos, fundamentou-se notadamente em princípios tais como: liberdade acadêmica, desejo e busca da verdade, direito de livre expressão, mérito intelectual, autonomia responsável, respeito ao estudante, contínuo atendimento às necessidades da população. Tornaram-se, portanto, valores permanentes da fidelidade à pesquisa científica, ao ensino qualificado e à extensão de suas conquistas para todos.

Contudo, épocas existiram em que o acúmulo dos novos conhecimentos ficavam reservados ao domínio da própria comunidade acadêmica levando a Universidade a ser denominada de “Torre de Marfim”. A realidade atual é diferente e, enfrentando desafios cotidianos, a Universidade Pública está cautelosamente adaptando-se aos novos tempos, ou seja: realiza parcerias promissoras e profícuas com 3 níveis governamentais (federal/estadual/municipal) e com todo o setor empresarial (indústria/comércio/serviços) através de salvaguardas que permitam à Universidade expandir sua competência e, ao mesmo tempo, prevenir debates conflituosos, resistir imposições políticas e rejeitar seduções mercantis dúbias. Neste sensível capítulo das relações com o sistema privado a salvaguarda mandatária é que a Universidade não pode perder seus valores na busca prioritária de fama ou de fins lucrativos e episódicos. Caso contrário, sua eterna luta pelo progresso do saber e pela valorização institucional será sacrificada na sua essência, comprometendo sua qualidade e sua reputação, ambas de difícil recuperação.

Não é nenhuma surpresa e sim fato visível de que há mais de um século as Universidades Públicas sofrem influência da economia privada, que se manifesta no conteúdo curricular, na compra de tecnologia instrumental, na aquisição de acervo bibliográfico, em provedores de meios de serviços, etc... Fatos semelhantes também são visíveis em outras organizações como hospitais, museus, igrejas, no esporte e até na intimidade de cada cidadão.

Segundo D. Bock (Harvard), sendo irreversível esta relação entre o setor público e o privado, é necessário que haja entre eles: ética mútua, absoluta transparência de objetivos, respeito às respectivas identidades e missões institucionais. Ou seja, da parte da Universidade Pública não há rejeição à realidade histórica e contemporânea dos fatos, mas sua pesquisa não é para ser avaliada somente por numerologia e muito menos por sua imediata conversibilidade em mercadoria e dinheiro. O seu ensino também não pode ser estigmatizado como sede de “fábrica de diplomas” cujo documento cartorial seja obscurecido pela falta de qualidade intrínseca. Da mesma forma, as ações de extensão universitária precisam estar focadas no interesse da nação, da instituição e da cidadania e não exclusivamente a interesses nos quais o significado acadêmico não esteja inquestionavelmente assegurado.

Respeitando-se estes princípios e valores é fácil compreender dois fenômenos atuais. Primeiro, qual a razão de não existir no mundo uma só boa Universidade Pública que não possua mecanismos de captação de recursos extra-orçamentários para otimizar suas aplicações em investimentos, custeio e pessoal. Segundo, porque o desconhecimento e/ou convicções político-ideológicas dos que defendem a alienação da Universidade Pública aos novos tempos a leva inexoravelmente ao ostracismo pelo arcaico envelhecimento do saber com retrocesso à mediocridade. Obviamente é inaceitável, a completa substituição da Universidade Pública pela Privada pois é total ingenuidade admitir que o mundo externo, (que não deve ser ignorado), não vá procurar atores privados (já existentes) que adotem a parceria (via Universidades de Conveniência), ou ainda mais preocupante, que monopolizem soluções de suas necessidades técnico-profissionais criando suas próprias instituições (Universidades Corporativas).

Como um editorial também tem o objetivo de colocar um desafio ao seu autor através da exposição de suas convicções em temas complexos e polêmicos conluo apenas declarando minha.

compreensão com os discordantes e procurando salvaguarda na frase universalizada por Nils Böhn (Nobel: Física Quântica) quando disse: “nunca aprendi nada com quem só concordou comigo”.

Flavio Fava de Moraes
Professor Titular do ICB-USP e
Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina
Foi: Reitor da USP (93-97); Diretor Científico da FAPESP (86-93)
e Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia de São Paulo (98-99)